

Rafael Stefanini Auilo

**A VALORAÇÃO
JUDICIAL DA
PROVA NO DIREITO
BRASILEIRO**

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

V199 A Valoração Judicial da Prova no Direito Brasileiro / Rafael Stefanini Auilo – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
208 p. (Capa Branca)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-442-3453-2.

1. Provas. 2. Direito processual. I. Auilo, Rafael Stefanini. II. Título.

1189649

CDD 341.464

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo I

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

Capítulo II

INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO E FUNÇÃO DA PROVA: VERDADE E JUSTIÇA	27
--	----

Capítulo III

A ORIGEM DO LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO	33
1. A superação dos sistemas da prova legal e da íntima convicção.....	33
2. O livre-convencimento motivado enquanto modelo de valoração da prova mais propício para a pacificação dos conflitos de forma justa	36
3. Prova, verdade, probabilidade e liberdade	40

Capítulo IV

A LIBERDADE NA VALORAÇÃO DA PROVA NO LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO	47
4. Os significados negativo e positivo do livre-convencimento motivado.....	47
5. A subjetividade na valoração da prova: a liberdade na escolha dos elementos de prova e a ausência de hierarquia <i>a priori</i>	49
6. Provas atípicas	55
7. Os elementos extrajurídicos do raciocínio judicial.....	58
8. O senso comum	59
9. Presunções judiciais e máximas de experiência.....	62

Capítulo V

OS ABUSOS NA VALORAÇÃO DA PROVA	67
10. Valoração implícita da prova	67
11. Supervaloração (e supervalorização) da prova.....	70
12. Abuso da prova atípica.....	72

Capítulo VI

QUÃO LIVRE É O LIVRE-CONVENCIMENTO MOTIVADO?.....	77
13. Livre apreciação da prova e racionalidade do juízo fático.....	77
14. A fundamentação adequada da decisão (dever de completude)	79
15. A racionalidade na valoração da prova	84
16. A credibilidade da prova e da fonte da prova	86
17. A eficácia da prova	88
18. A valoração contextual das provas.....	89
19. A prova legal.....	94
20. A prova técnico-científica.....	97

Capítulo VII

O MODELO BRASILEIRO OBJETIVO DE CORROBORAÇÃO DAS HIPÓTESES FÁTICAS E UMA PROPOSTA DE COMPLEMENTAÇÃO AO DIREITO POSITIVADO....	107
21. Modelos de corroboração das hipóteses fáticas e a opção do direito processual civil brasileiro	107
22. Tornando ao tema: verdade enquanto probabilidade.....	112
23. Conceito e espécies de probabilidade.....	114
24. A aplicação das probabilidades estatística e subjetiva na valoração das provas	119
25. Uma opção pela probabilidade lógica.....	129
26. <i>Standards</i> ou modelos de constatação da prova	137
27. A prova acima da dúvida razoável.....	141
28. A probabilidade prevalente	146
29. A prova clara e convincente.....	154
30. A relação entre standards da prova e ônus da prova	158

Capítulo VIII

UMA APLICAÇÃO PRÁTICA DAS PROPOSIÇÕES ANTERIORES: O CONTROLE DA VALORAÇÃO DA PROVA PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES	163
31. A posição do fato no raciocínio judicial.....	163
32. A difícil separação entre questão de fato e de direito e as chamadas questões mistas	166
33. O controle da valoração da prova no julgamento dos recursos extraordinário e especial pelos Tribunais Superiores.....	168
34. A função dos recursos extraordinário e especial e do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em seus julgamentos	169
35. A diferença entre (re)exame de prova e (re)valoração da prova	171
36. O controle por meio da probabilidade lógica e por meio dos modelos de constatação ou standards da prova.....	173
37. O controle pelo juízo de cassação. <i>Standards</i> de controle de motivação	176

Capítulo IX

CONCLUSÃO	183
-----------------	-----

Capítulo X

BIBLIOGRAFIA	191
--------------------	-----